

CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA OU QUANDO UM PARADIGMA OBSOLETO INSISTE EM SE PERPETUAR

La invención del mundo prehispanico en Nueva España o de cómo los indios se convirtieron en una "civilización"

Las 10 victorias del Presidente Maduro en 2016

Ciudadanía suramericana. La apuesta por una ciudadanía común en América del Sur. Entrevista con Jacques Ramírez

Maestro Marcus Vinícius saúda o nascimento da nova *Rádio Independência*



Editorial | português

Ao findar o ano de 2016 chegamos á 7ª edição da Revista Latinoamerica. Iniciamos pela discussão do sempre atual tema da crise ambiental pelo Professor Marcos Costa Lima que afirma que nossa civilização floresceu na base de uma exploração insustentável dos recursos naturais e humanos e defende que a formulação de políticas deve visar a procura de um equilíbrio entre o progresso social (bem-estar), a sustentabilidade ambiental e economia. Revisitando o debate sobre as civilizações indígenas, sobretudo no México, de antes das invasões espanholas, Alfredo Nava Sánchez percebe e discute o fato de que os conhecimentos científicos e culturais, que faziam deles civilizações, foram ocultados pelos pré-conceitos "científicos" europeus e reconstruídos posteriormente pelos estudos arqueológicos de estudiosos do século XVIII. Já Ignacio Ramonet, professor emérito, articulista, mas mais conhecido pela sua defesa dos movimentos sociais na America Latina, faz uma importante análise do governo de Nicolás Maduro e da sua determinação em manter, na Venezuela, o projeto bolivariano de democracia, desenvolvimento e independência, destacando as vitórias que obteve na luta por estes objetivos em 2016. Em seguida o Antropólogo e ex assessor para assuntos migratorios e mobilidade humana no Ministério de Relações Exteriores do Ecuador e da UNASUR, Jacques Ramirez, é entrevistado por Maria Del Carmen Villarreal sobre a questão da construção de uma cidadania da America do Sul que, a seu ver, está vinculada à construção do bloco UNASUR: por um lado à visão jurídica e política que é o reconhecimento progressivo de direitos e obrigações pelos membros da região e por outro de uma visão de cidadania de caráter cultural que implica no reconhecimento das diversidades, das identidades e das cosmovisões diversas que são parte de nosso ser como Patria Grande e das quais há muita historia compartilhada. Por fim, o Maestro Marcus Vinicius, ao saudar o surgimento da Radio Independencia, nos traz uma importante refelexão sobre o funcionamento das grandes corporações da produção e da mídia

que, ao se fundirem e confundirem seus projetos, pretendem dominar a vontade cultural de povos e nações. A revista Nº 7 está no site. Boa leitura

Luisa Moura
Editora-Chefe

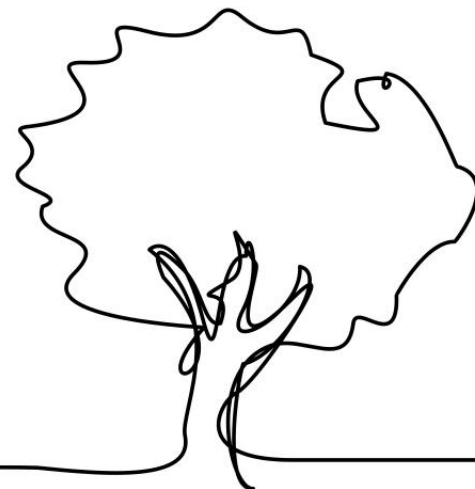


Editorial | español

Al final del año 2016 llegamos a la 7ª edición de la Revista Latinoamericana. Comenzamos por discutir el tema actual de la crisis ambiental por el profesor Marcos Costa Lima, de UFPE, que establece que nuestra civilización floreció sobre la base de una explotación insostenible de los recursos naturales y humanos y argumenta que la formulación de políticas debería tener como objetivo lograr un equilibrio entre el progreso social (bienestar), la sostenibilidad del medio ambiente y la economía. Al retomar la discusión de las civilizaciones indígenas, especialmente en México antes de la invasión española, Alfredo Nava Sánchez se da cuenta y discute el hecho de que los conocimientos científicos y culturales, que les hizo civilizaciones, estaban ocultos por los pre-conceptos "científicos" europeos y más tarde han sido reconstruidos por los estudios arqueológicos desarrollados por los estudiosos del siglo XVIII. Ignacio Ramonet, profesor emérito, escritor, más conocido por su defensa de los movimientos sociales en América Latina, hace un análisis importante del gobierno Nicolás Maduro y su determinación de mantener en Venezuela el proyecto bolivariano de la democracia, el desarrollo y la independencia, destacando las victorias obtenidas en la lucha por estos objetivos en el 2016. A continuación, el antropólogo y ex asesor de asuntos migratorios del Ministerio de Asuntos Exteriores de Ecuador y UNASUR, Jacques Ramírez es entrevistado sobre el tema de la construcción de una ciudadanía de América del Sur que, en su opinión, está vinculada a la construcción del bloque de UNASUR: por un lado a la visión jurídica y política que es el reconocimiento progresivo de los derechos y obligaciones de los miembros de la región y, por otro lado, de una visión de ciudadanía de carácter cultural que implica el reconocimiento de las diversidades, de las identidades y de las cosmovisiones diversas que son partes de nuestro ser como Patria Grande y de las cuales hay una gran cantidad de historia compartida. Por último, el Maestro Marcus Vinícius, para saludar a los albores de la Radio Independencia, nos trae una importante

reflexión sobre el funcionamiento de las grandes corporaciones de la producción y de los medios que, al fusionar y confundir sus proyectos, poseen la intención de dominar la voluntad cultural de los pueblos y de las naciones. La revista 7 está en el sitio. ¡Buena lectura!

Luisa Moura
Editora Jefe



Conselho Editorial:

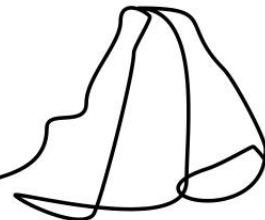
Alai Diniz
Carlos Alberto Santos
Célio Bermann
Gentil Corazza
Ildo Sauer
Luciano Wexell Severo
Marcus Vinicius de Andrade
Nilson Araújo de Souza
Vitorio Oxilia
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Sidney Ferreira Leite

Expediente :

Luisa Moura - Editora-Chefe
Lia Bressan - Chefe de Redação
Mariana Moura - Redatora Chefe
Angela Garofali - Tradutora
Elissandro Santana - Revisor
Alexandre Souza - Diagramação
Alexandre Andreatta - Site

fotos: www.pixabay.com

contatorevistalatinoamerica@gmail.com



Sumário |

Ano II – No. 7
Novembro - Dezembro - 2016



Meio Ambiente
Medio Ambiente

Crise Ambiental
Contemporânea ou quando
um paradigma obsoleto
insiste em se perpetuar
Pág. 06



Política e Sociedade
Politica y Sociedad

La invención del mundo
prehispánico en Nueva España o
de cómo los indios se
convirtieron en una “civilización”
Pág. 12

**Las 10 victorias del Presidente
Maduro en 2016**
Pág. 18



Integração
Integración

**Ciudadanía suramericana. La
apuesta por una ciudadanía
común en América del Sur.**
Entrevista con Jacques Ramírez
Pág. 24



Arte e Cultura
Arte y Cultura

**Maestro Marcus Vinícius
saúda o nascimento da
nova *Rádio Independência***
Pág. 30

Crise ambiental contemporânea

quando
OU
UM PARADIGMA OBSOLETO
INSISTE EM SE PERPETUAR*

por Marcos Costa Lima

Prof. Associado 2 do Dept. de
Ciência Política da UFPE.
Coordenador do Instituto de
Estudos da Ásia/UFPE
(marcoscostalima@terra.com.br).

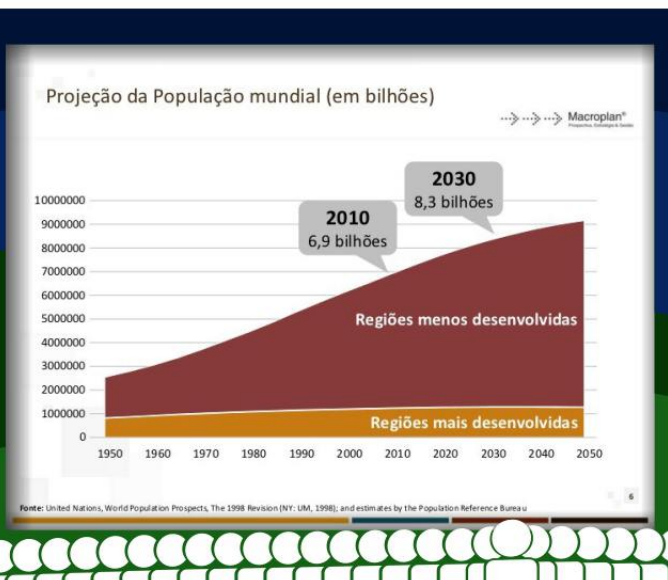
Grandes mudanças nas estruturas e funções dos sistemas naturais da Terra representam uma ameaça crescente para a saúde humana e à vida em geral no nosso planeta. Nossa civilização floresceu na base de uma exploração insustentável dos recursos naturais e humanos. Hoje, no entanto, essas mudanças representam um risco maior, a saber, que a natureza, por causa dos efeitos de sua degradação, deixará de assegurar a continuidade de seu apoio à vida no médio e longo prazo. Os efeitos nocivos sobre a saúde humana devido às mudanças no ambiente são muitos e graves, a exemplo da acidificação dos oceanos, da degradação dos solos, escassez de água, exploração excessiva da pesca e perda de biodiversidade, o acúmulo de resíduos tóxicos incluindo resíduos nucleares, a redução das florestas e a poluição dos rios, além do mais longo período de secas que se prenuncia em várias partes do mundo, com dramáticos efeitos sobre as populações rurais e litorâneas mais pobres. Esse conjunto de efeitos perversos representam um sério desafio para a humanidade.

Especialistas têm reiterado que essas tendências, que são de grande impacto, tiveram seu início, sobretudo por causa da estrutura e marcha dos paradigmas estabelecidos na ideologia dominante do capitalismo, com o estabelecimento de um padrão altamente predatório do consumo e da utilização dos recursos naturais, com o fator agravante de uma população em crescimento, que deverá atingir 8,3 bilhões. O Brasil, por volta de 2042 terá 223 milhões de habitantes.

cular, não têm capacidade para se preparar para as catástrofes do futuro; (ii) a falta de conhecimento (investigação e informação fidedigna), a falta histórica de transdisciplinaridade científica na compreensão do problema, juntamente com uma ausência de vontade ou incapacidade dos governos em lidar com a incerteza no momento da tomada de decisão; (iii) as deficiências de execução (desafios de governação), tais como *omodus operandi* dos governos e instituições que atrasam o reconhecimento e resposta às ameaças, especialmente em face das incertezas que não conseguem prever, falta ou atrasos na alocação de recursos no tratamento das questões ambientais consideradas não-prioritárias. Há também a questão do intervalo de tempo entre uma ação e o seu resultado. Um dos problemas graves com relação aos danos ambientais é que só se acredita nas tragédias ambientais, quando elas ocorrem, quando já é muito tarde. O caso das enchentes que ocorreram em New Orleans, que poderiam ter sido minimizadas, caso o Governo dos Estados Unidos da América tivesse atuado com presteza. Sempre há algum argumento para protelar os investimentos reparadores

A formulação de políticas deve visar a procura de um equilíbrio entre o progresso social (bem-estar), a sustentabilidade ambiental e economia. É aí que reside o grande dilema de governos e grandes corporações, quase sempre definindo a economia e o lucro como seu foco prioritário. Isto acaba por torna-se um viés estreito em que os objetivos prioritários de grandes conglomerados multinacionais, dos bancos passam a assumir uma dimensão sempre maior do que o bem-estar geral das pessoas.

Para alimentar uma população mundial que breve atingirá os 8 bilhões de pessoas seria necessário mudar o sistema agrícola, privilegiando as micro, pequenas e médias empresas agrícolas ao contrário do fomento ao agronegócio em grande escala. A estrutura agrária global precisa de mudanças rápidas e consistentes, a fim de reduzir o tamanho das propriedades, o que permitiria que os sistemas agrícolas poderiam vir a resolver o problema da desnutrição existente, e não privilegiar o agrobusiness, que além de capital intensivo, em grande medida financiado com os impostos da maioria, gera poluição em grandes proporções, além da quantidade de agrotóxicos que produzem doenças crôni- ▶



A Comissão Lancet, em seu relatório sobre a saúde do planeta, identificou três categorias de desafios que devem ser enfrentados se quisermos manter ou melhorar a saúde humana. São eles: (i), a tendência a depender excessivamente sobre o crescimento do produto interno bruto, como medida do progresso humano e da falha para explicar os danos futuros sob o manto aparente dos ganhos de hoje, e de ignorar o efeito desproporcionado que esses danos têm e terão sobre os pobres em todos os lugares do mundo, sobretudo nas nações em desenvolvimento, que em parti-



cas. É uma cadeia gigantesca de setores associados – as grandes máquinas, os fertilizantes, os produtores de sementes transgênicas, e o latifúndio. Efeitos deletérios sobre a população a partir desse complexo são muitos: o uso intensivo de água para irrigação (soja); o desmatamento sistemático; a intoxicação pelos agrotóxicos e efeitos da hipernutrição (obesidade) na produção de alimentos não naturais, um fenômeno que já não se limita apenas aos países ricos, e que decorre do aumento do consumo de alimentos processados é uma a das resultantes. A pequena e média agricultura iria reduzir o desperdício, diversificar as dietas e minimizar os danos ambientais. Ao mesmo tempo, devemos também cuidar da educação, o que permitiria à camada mais pobre da população de compreender a natureza real do jogo em questão e lutar pelos seus direitos. Maior consumo de alimentos saudáveis e orgânicos terá reflexos e ganhos na saúde, o que teria de vir associado a ampliação de uma medicina mais preventiva, e não estimular o sistema de saúde que atende apenas aos mais ricos.



Os dados apresentados pela Comissão Lancet [1] são otimistas em relação aos avanços na saúde humana, e afirmam que hoje a situação é melhor do que em qualquer outro momento na história. A expectativa de vida geral no planeta passou de 47 anos, entre 1950-1955, para 69 anos entre 2005-2010. A taxa de mortalidade em menores de cinco anos diminuiu substancialmente em todo o mundo a partir de 214 por mil nascidos vivos em 1950-1955 para 59 em 2005-2010. O número total de pessoas vivendo em extrema pobreza caiu de 0,7 bilhões nos últimos 30 anos, apesar do crescimento na população total em países pobres de cerca de 2 bilhões. O relatório também diz que “esta redução da pobreza tem sido acompanhada por avanços sem precedentes na saúde pública, cuidados de saúde, educação, leis de direitos humanos e de desenvolvimento tecnológico, que trouxe grandes benefícios, embora de forma desigual, para a humanidade”.

Mas o que o relatório não aborda é o aumento da desigualdade em escala global, tanto nos países centrais como também nos de periferia. Há muitos estudos recentes [2] que têm chamado a atenção para o problema, especialmente desde os anos 1980, quando as prerrogativas do neoliberalismo e do Consenso de Washington se estabeleceram em todo o mundo. O PNUD [3] publicou um estudo que mostra que, após mais de 200 anos, as desigualdades econômicas globais têm aumentado. No início da Revolução Industrial, as diferenças de renda per capita entre a Europa Ocidental e a periferia não deve exceder 30 por cento [4]. Em 1820, a renda per capita dos países mais ricos foi três vezes maior do que os mais pobres. Em 1870, foi 7 vezes; em 1913 foi 11 vezes e, em 1960, 30 vezes maior. Em 1997, um quinto da população mundial que vive nos países mais ricos era 74 vezes mais rico do que um quinto da população nos países mais pobres. De acordo com o relatório da Global Wealth 2014, realizado pelo Credit Suisse, a parcela do 1% da população adulta mais privilegiada controla quase metade da riqueza global. Os números são chocantes quando sabemos que 8,7% dos adultos ricos controla 82,1% da riqueza do mundo, ao passo que 91,3% da população adultos do mundo possuem apenas 17,9% da mundial riqueza.

A XII Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas (COP 21) teve lugar em Paris, neste dezembro de 2015. Muitos especularam sobre os possíveis resultados, que vão desde um maior pessimismo a um otimismo que não parece ter muita justificativa. José Ramos Horta, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1996 e ex-presidente do Timor Leste, chama a atenção para a gravidade do problema, citando um novo relatório com base em estudos de 413 cientistas de 58 países, publicado pela National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA com sede nos EUA), concluiu que 2014 foi o ano mais quente já registrado. O relatório destaca tendências e mudanças no sistema climático global, como os vários tipos de gases de efeito estufa, as temperaturas na atmosfera, oceanos e em terra, o aumento do nível do mar, a redução na extensão das regiões polares. Muitos cientistas acreditam que a mudança climática já é irreversível.

Há muitos problemas e questões a serem abordadas na COP21 entre os quais uma reafirmação do multilateralismo como um espaço coletivo de tomada de decisões; o que será o novo instrumento jurídico vinculativo no âmbito da Convenção que deve aplicar-se a todos os signatários, qual será o conteúdo do novo acordo climático, que entrará em vigor em 2020 e que vai cada país ser responsável para implementar em 2020?

O documento muito criticado preparado em Lima, na COP 20 em dezembro de 2014, como preparatório à PEC 21 reafirmou o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Portanto, o texto básico a ser assinado deve incluir questões operacionais críticas, como mitigação, adaptação, financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e transparência para as ações e apoio. Outra questão preocupante é a compensação para as emissões, o que implica que o mundo (leia-se, os países ricos) pode continuar emitindo gases de efeito estufa desde que possam “compensar” os desgastes. O que pode tornar-se particularmente problemático são as medidas concretas sugeridas para reduzir as emissões. O Fundo Verde para o Clima, que foi aprovado em 2010, terminou não sendo eficaz, haja vista a redução dos recursos acordados, muito distante dos valores acordados. Ainda mais grave são as questões relativas ao uso da terra, a agricultura climaticamente inteligente, a Cúpula dos Povos e as mobi-

lizações da sociedade civil global para resolver o problema. Todas estas questões graves estarão na agenda de Paris.

Em tempos de crise estrutural como aquele em que vivemos, a responsabilidade pelas condições de vida na terra é de todos nós, mas especialmente dos ricos e dos governos dos seus países e suas grandes corporações, que não são apenas os maiores predadores dos ecossistemas globais, mas que têm, de fato, as condições objetivas para enfrentar a tragédia. Karl Polanyi [5] nos ensinou que “o permitir que o mecanismo de mercado seja o único condutor do destino dos seres humanos e seu ambiente natural (...) resultaria no colapso da sociedade”.

O estado do planeta em que vivemos está ameaçado. É tempo de medidas que não sejam apenas paliativas; é hora de abandonar um paradigma que se torna cada dia mais obsoleto. ■

REFERÊNCIAS:

* Publicado em: Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. [acessado em 10/12/2015]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2015/12/10/crise-ambiental-contemporanea-ou-quando-um-paradigma-obsolete-insiste-em-se-perpetuar-por-marcos-costa-lima/>>

[1] Fundação Rockefeller – Comissão Lancet de Saúde Planetária, in: 2015 <http://www.rockefellerfoundation.org/planetary-health>

[2] Stiglitz, J (2012) *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers our Future*. New York: W. W. Norton & Company. Picketty, Thomas (2014) *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

[3] PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2014.

[4] Bairoch, Paul (1997) *Victoires et déboires: histoire économique et sociale du monde du XVIe siècle à nos jours* (3 Vols). Gallimard, 1997.

[5] Polanyi, Karl (1980), *A Grande Transformação*. As origens de nossa época.





Há muito tempo, Itaipu aplica na prática todos os fundamentos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU. Como líder mundial em produção de energia limpa e renovável, foca suas ações no desenvolvimento regional, na proteção ao meio ambiente, no turismo, na igualdade de oportunidades e no progresso tecnológico e social do Brasil e do Paraguai.



2 6 7 8 9 12 13 14



6 7 9 12 13 16 17



2 8 9 11 12 13 14 15 17



1 2 3 4 6 8 9 10 11 13 16 17



2 8 11 12 13 14 15



2 3 6 7 8 9 10 11 12 13 15 17



1 3 5 8 10 11 16



2 6 8 11 12 15 16



2 3 6 10 12 17

Itaipu se orgulha de aplicar na prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.



6 7 8 9 12 13 14 15 17



8 10 11 13 17



2 8 12 13 14 15



1 3 5 8 10 16



1 3 5 8 10 13 16 17



1 4 6 8 13 14 15 16



6 7 8 9 10 12 13 17



4 6 7 8 9 10 16 17

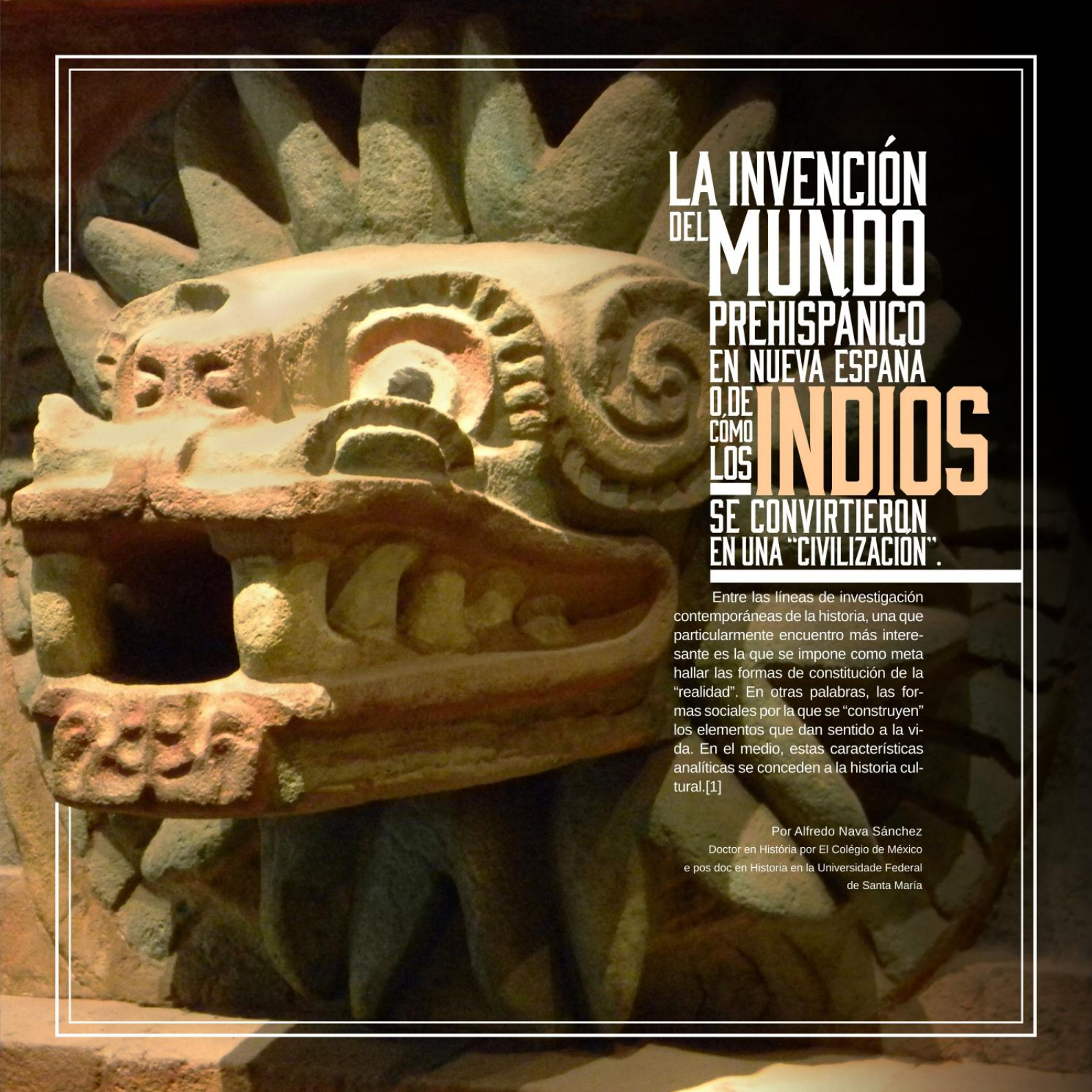

**OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Integração
que gera energia
e desenvolvimento


BINACIONAL



itaipu.gov.br



LA INVENCIÓN
DEL MUNDO
PREHISPANICO
EN NUEVA ESPAÑA
O, DE
COMO
LOS INDIOS
SE CONVIRTIERON
EN UNA "CIVILIZACIÓN".

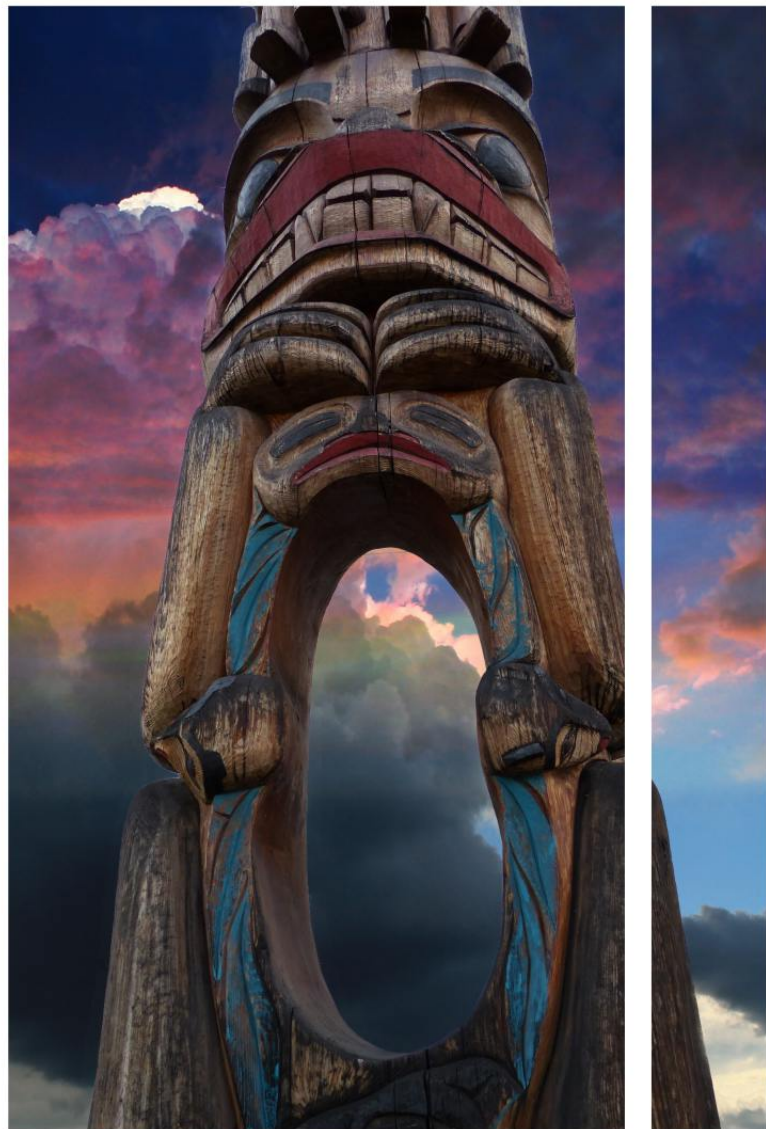
Entre las líneas de investigación contemporáneas de la historia, una que particularmente encuentro más interesante es la que se impone como meta hallar las formas de constitución de la "realidad". En otras palabras, las formas sociales por la que se "construyen" los elementos que dan sentido a la vida. En el medio, estas características analíticas se conceden a la historia cultural.[1]

Por Alfredo Nava Sánchez
Doctor en Historia por El Colegio de México
e pos doc en Historia en la Universidad Federal
de Santa María

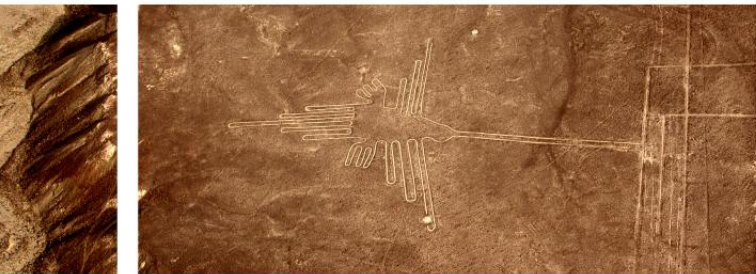
Bajo esta bandera, en otros momentos he intentado acercarme a los conceptos de “indio” y después de “indígena” como piezas de una categorización social que devino en la encarnación de ciertas personas con características propias, concretas e incuestionables según el tiempo y el espacio a los que nos remitamos. En este proceso de cosificación o reificación, un elemento muy importante ha sido la cuestión del pasado indígena. Partiendo de esto, mi intención en este texto es observar cómo alrededor del siglo XVIII una serie de personajes – provenientes todos de la élite letrada de la Nueva España – establecieron que, a partir de los rastros encontrados de la sociedad “indígena” del pasado, ésta había gozado de todas las cualidades necesarias para ser considerada una gran civilización, a la altura de la egipcia, la romana o la griega.

Mediante herramientas teóricas y metodológicas que en la época representaban un cambio epistemológico para acercarse al pasado, aquellos dieron nuevas características a un objeto que años antes exploradores y frailes habían dado concreción: los indios. A diferencia de los anteriores “historiadores” de los indios, frailes principalmente, los del siglo XVIII se sirvieron de restos arqueológicos y la historia natural para concluir que, al contrario de lo que sus contrapartes franceses e ingleses aseguraban, los indios de antes de la llegada de los españoles habían logrado cultivar virtudes y artes similares a las presentes en otras sociedades consideradas fundadoras de la cultura europea. De esta manera, habían practicado la astronomía, la poesía, la literatura, la filosofía y otras disciplinas, con la misma perfección, o más, con la que se había ejercitado en Europa siglos atrás.

Como se sabe, con esto querían responder los ataques de sus similares europeos que aseveraban que en América nada bueno podía cosecharse, y mucho menos en el terreno de la razón. La polémica ha sido estudiada magistralmente décadas atrás por Antonello Gerbi [2] y, más recientemente, también de manera admirable, por Jorge Cañizares Esguerra en su libro *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo*. [3] Del trabajo de Cañizares hay que enfatizar sobre todo su estudio de los campos epistemológico y político que significaron un cambio tanto en Europa como en América en la escritura de la historia durante el siglo XVIII. De hecho, afirma que en tales innovaciones epistemológicas la aportación de los letrados americanos fue igual de importante que la de los europeos. ►



De esta forma, mi interés no se centra en estas formas de escribir la historia sino en lo que éstas produjeron. En otras palabras, en el objeto que constituyeron y en cómo éste originó una nueva forma de pensar el presente y el pasado de esa élite de letrados. Finalmente, serán ellos, desde su posición de privilegio en la sociedad novohispana, quienes moldeen y justifiquen la idea de los "antiguos mexicanos" como una sociedad digna por mérito propio en el campo "mundial" de las artes y el cultivo de la razón. Inmersa en esta conclusión, estaba también la intención de asumirse como los genuinos herederos de esa tradición, ya que serán ellos quienes en ese momento detenten el papel de gente cultivada y razonable. Con lo cual, la utilidad política y legitimadora frente a sus detractores europeos estaba más que clara. El problema es que, más allá de la repercusión que en su momento pretendían ejercer tales personajes con sus ideas, sentaron las bases de lo que tiempo después se convertiría en un *a priori* de la historia nacional y nacionalista de México a la hora de tratar de entender a lo indígena frente a lo español. Me refiero a la idea de dos "civilizaciones" homogéneas, cerradas en sí mismas, con rasgos propios y en muchos campos incompatibles. Hablo de otras interpretaciones del pasado, más cercanas a nosotros, pero que, creo, tienen su origen en aquel siglo XVIII. En resumen, los textos de Lorenzo Boturini, Juan José Eguiara y Eguren, Mariano Echeverría y Veitya, José Joaquín Granados, Francisco Javier Clavijero, entre otros, instauraron un objeto de conocimiento que vendría a organizar de manera distinta el significado del pasado de los indios, en buena medida porque a partir de ese momento se convertiría en el pasado de todos los "habitantes" de México [4], pero específicamente de la élite letrada novohispana.



Por qué el concepto del pasado prehispánico anterior no es el mismo del siglo XVIII

Como lo mencioné al inicio, los criollos que escribieron en el siglo XVIII no inventaron el pasado indio como objeto de estudio. En términos estrictos, lo hicieron los primeros frailes encargados de convertir a los indios en cristianos. Sin embargo, para dichos frailes conocer el pasado de los "naturales" tenía un objetivo concreto, que era el de buscar las mejores formas por las que esto podía realizarse de manera efectiva. Precisamente una de esas formas, por lo menos durante las primeras etapas de cristianización, fue rescatar prácticas y elementos del pasado de los indios como esencialmente cristianos o como evidencias que demostraban la natural inclinación de aquellos a la verdadera fe. Por supuesto que en estas analogías con el cristianismo existía también la intervención del demonio que en parte habría provocado que éstas ocuparan un lugar secundario o que de plano desaparecieran ante su incitación a los sacrificios humanos y a la idolatría. Al respecto, podríamos rescatar las palabras de Juan Carlos Estenssoro cuando dice, a propósito de estas primeras etapas para el Perú, que "el cristianismo debía amoldarse a la tradición indígena para asirla y poder ser acogida por ella." [5] De esta manera, el pasado de los indios sirvió a los frailes en el proceso mismo de la conversión. Al mismo tiempo que los cristianizaban construían su historia. Así pues, la creación del pasado indígena como objeto de conocimiento sirvió a los religiosos, sobre todo durante los siglos XVI y XVII, para justificar su papel como los administradores legítimos de la integración de los indios a la sociedad cristiana. En ese sentido, entendieron tal pasado como un espacio organizado por coordenadas principalmente religiosas. Por lo que en él era todavía difícil distinguir una filosofía, una literatura, y menos todavía una astronomía mexicana.

EL CAMBIO DEL SIGLO XVIII

Durante la primera década del siglo XVIII ese objeto fundado por los religiosos cambió de significado y de dueño. La epistemología de la religión cedió el paso a la de la “razón”, y la élite de los detentadores de la palabra divina fueron sustituidos por la de los “civilizados”. Aunque también es cierto que varios de los letrados de aquel siglo eran religiosos o por lo menos plantearon el pasado de los indios en clave religiosa. En algunos casos, como los de Lorenzo Boturini o Mariano Echeverría y Veytia, éste todavía respondía a un plan explícitamente divino. No obstante, para acceder a él empleaban criterios que los frailes del siglo XVI y principios del XVII ni siquiera concebían. Por ejemplo, la interpretación de los restos arqueológicos o, como eran nombrados en la época, monumentos; la historia natural y la crítica interna de las fuentes.

En el fondo de este conjunto de criterios estaban los cambios de un empirismo que daría origen a las ciencias naturales y que después retomarían las ciencias sociales. Sin embargo, ya entre los historiadores criollos del XVIII el rescate de “monumentos” y su interpretación conllevaba la puerta a un conocimiento confiable por estar fundado en la piedra y el papel. En sus *Tardes Americanas*, José Joaquín Granados y Gálvez, un español con espíritu criollo, decía que el “carácter de la historia indiana” se comprobaba por los múltiples monumentos que se conservaban, y justificaba su aseveración de la siguiente manera:

Raras fueron las Naciones que con estudiosa solicitud no procuraron dexar algunos monumentos para acordar á la Posteridad la memoria de sus Progenitores, hechos de sus Héroe, inclinaciones y costumbres de sus Antiguos. Muy distinguidas fueron aquellas, que aun revestidas del espíritu de ociosidad y torpeza, no trabajaron con algún develo en noticiar á los siglos la influencia de sus astros,

propiedades de sus climas, disposición de sus terrenos, política de sus Repúblicas, economía y subordinación de sus miembros. [6]

De esta manera, el pasado prehispánico se instauró como objeto de conocimiento por una serie de personajes que se arrogaban las cualidades y los conocimientos necesarios para reconocer e identificar en los monumentos esas propiedades que, según Granados y Gálvez, definían a las “Naciones distinguidas”. Este procedimiento de interpretación consistía en relacionar aquellos monumentos con los argumentos que en la época estructuraban la idea de las grandes naciones. En los *Prólogos a la Biblioteca Mexicana*, Juan José Eguiara y Eguren argumentaba que la escritura mexicana podía equipararse sin ningún menoscabo a la egipcia, porque — decía — “los autores que acerca de este particular hemos consultado, consideran tan jeroglífica la escritura mexicana como los símbolos y esquemas egipcios.” Y para apoyar su argumento, sostenía que, para comunicarse, los indios en vez de letras utilizaban “ciertas figuras e imágenes que solían dibujar en pañizuelos de seda o sobre esponjoso papel fabricado con hojas de árboles.” [7] Después de subrayar que la misma técnica permanecía entre los indios contemporáneos, concluía de manera contundente: “El procedimiento era idéntico al usado por los egipcios, quienes expresaban sus pensamientos por medio de figuras semejantes, representando la velocidad con el halcón, la vigilancia con el cocodrilo y el poderío con el león.” Y a continuación justificaba tal contundencia con las fuentes en donde podía comprobarse esta particularidad de los egipcios. Citaba obras de Orio Apolo, Plinio, Estrabón, Cornelio Tácito y terminaba con la Historia de la Conquista de México de Francisco López de Gómara. [8] Lo interesante de la analogía planteada por Eguiara es que en el fondo los significados de los jeroglíficos “mexicanos” estarían fundados en la información de estas fuentes griegas y romanas. Algo que resulta todavía más evidente en la *Idea de una Nueva Historia* de Lorenzo Boturini. Partiendo de esto era posible identificar en los monumentos de los antiguos indios el cultivo de la filosofía, la poesía, la astronomía, las leyes, entre otras disciplinas.

Como ya lo mencioné más arriba, estos letrados inauguraron un objeto de conocimiento con intenciones explícita- ▶



mente políticas frente a sus contrapartes europeas, no de la Península Ibérica, sino de otros lugares, principalmente de Francia e Inglaterra. Este ha sido uno de los puntos mejor trabajados por la historiografía, desde el libro antes referido de Antonello Gerbi, pasando por los *Orígenes del nacionalismo* de David Brading hasta *Cómo escribir la Historia del Nuevo Mundo* de Jorge Cañizares. Por lo que no abundaré más en él. No obstante, me gustaría apuntar una cosa respecto a la identificación que aquel grupo fundó en el pasado indígena. Me refiero al tipo de genealogía que se estableció y cuyo criterio fue – diríamos hoy – esencialmente “intelectual”. Para ser más preciso, lo que hicieron los letrados de la élite criolla fue establecer un vínculo con los “antiguos mexicanos” en términos estrictamente del cultivo de la razón, las letras y las virtudes ilustradas. En este sentido, solamente ellos podrían atribuirse el título de sus herederos legítimos, ya que para ese momento – según otra de sus justificaciones –, los indios y sus nobles habrían venido a menos en sus antiguas costumbres. Independientemente de este tipo de argumentos, lo cierto es que su trascendencia sólo puede explicarse gracias al lugar social que ocupaban sus productores, codo a codo con el de la administración real y el de la elite económica. Al respecto, significó una forma muy peculiar de identificarse hacia al exterior al mismo tiempo que se subrayaba la diferencia al interior.

Para cerrar

Estos “hombres de razón” novohispanos fundaron una nueva forma de pensar y de definir la historia de los indios, sustentada en una epistemología diferente a la empleada por los antiguos “historiadores”. Ahora el pasado de los indios se sintetizaría en el pasado de los “mexicas”, pues, según los monumentos recabados, en ellos podía encontrarse todas las características de las “grandes civilizaciones.” De esta manera, nos encontramos ante una nueva definición – y una nueva homogenización ahora en clave mexicana – del concepto de indígena que se “hizo realidad” gracias a la pruebas materiales que se conservaban de su pasado. Pero sobre todo gracias a la legitimidad de la que gozaban sus “inventores” en el medio social novohispana. Sin saberlo, instauraron un nuevo objeto cuyos impulsos llegarían a los siglos venideros, inaugurando con esto una representación del “mundo indígena” que muy difícilmente podríamos cuestionar hoy en día. ■

Referências

- [1] Valentina Torres Septien, (ed.) *Producciones de sentido*, 2 Vol., México, UIA, 2006.
- [2] Antonello Gerbi, *La disputa del nuevo mundo. Historia de una polémica, 1750-1900*, México, Fondo de Cultura Económica, 1982.
- [3] Jorge Cañizares Esguerra, *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- [4] Juan José Eguiara y Eguren, *Prólogos a la Biblioteca Mexicana*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 [1755] p.100
- [5] Juan Carlos Estenssoro, *Del paganismo a la santidad. La incorporación de los indios del Perú al catolicismo, 1532-1750*, Lima, IFEA, 2003, p. 3
- [6] Granados y Galvez, *Tardes americanas.*, México, Conдумex, 1984, [1794], p.1
- [7] Juan José Eguiara y Eguren, *Prólogos a la Biblioteca Mexicana*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 [1755] pp.71-72
- [8] Juan José Eguiara y Eguren, *Prólogos a la Biblioteca Mexicana*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 [1755] p.72

Curso de Formação Específica em Energia

Público alvo: ●

Estudantes e Professores dos cursos de Relações Internacionais, Arquitetura, Economia e Jornalismo, servidores públicos federais, estaduais e municipais e interessados em geral nos temas Energia, Petróleo, Mudança Climática e Relações Internacionais.

● Objetivo Geral:

Compreender como funcionam os sistemas energéticos do Brasil e do mundo desde a extração do recurso até a entrega do serviço energético assim como seu papel no desenvolvimento das nações.

Formato:

7 palestras de 6 h/a cada
42 h/a no total

Investimento por palestra:

R\$ 2.000,00 para turmas de 30 alunos.

Resumo:

1. História da Energia

O que é, de onde vem e como foi utilizada a energia ao longo da História do Homem.

2. Recursos energéticos

Quais as fontes conhecidas de energia, sua história e quem detém as reservas mundiais

3. Demanda de Energia

Compreender os fatores determinantes do uso da energia nos setores da demanda final e nos setores produtivos, quais as tecnologias dominadas em energia e seu uso.

4. Sistema Elétrico Brasileiro

Qual a história e como funciona o Sistema Interligado Brasileiro.

5. Geopolítica do Petróleo

O jogo político-econômico no Brasil e no mundo em torno da posse, distribuição e uso do petróleo.

6. Mudança Climática, Energia e Relações Internacionais

A disputa mundial pela posse e uso de "novas" fontes de energia.

7. Integração energética e desenvolvimento na periferia

As alternativas de desenvolvimento via integração e o papel da disponibilidade de energia.

Material didático:

Apostila própria
Textos de apoio
Necessário
datashow

Minicurriculo

Mariana Nunes de Moura Souza

Mestre em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), membro do grupo de pesquisa da Dialética da Dependência (GEDD-IEE/USP) e graduada em Relações Internacionais. Autora dos artigos "A questão dos alimentos - de quem é a culpa desta vez e como nós vamos sair dessa?" e "Aquecimento Global: Momentos de divergência". Áreas de Interesse: Política Externa, Negociações Internacionais, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Energia.

E-mail: mariana.moura.souza@gmail.com

São Paulo, São Paulo - Brasil
(11) 2738-6491 / (11) 98111-7937

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4362547Y0>

Consulte preços especiais para Centros Acadêmicos e Universidades Públicas

Las 10 victorias del Presidente Maduro en 2016

por Ignacio Ramonet

Doctor en semiología/historia cultural
(École des hautes études en sciences
sociales, EHESS, París).

Doctor *Honoris Causa* por las
Universidades Saint-Jacques de
Compostela (España), La Habana
(Cuba), Córdoba y Rosario (Argentine).
Director de la edición en español de *Le
Monde diplomatique*.

Participo de la promoción del Forum
Social Mundial donde há propuesto la
consigna: "Un otro mundo es posible".

Todo se presentaba muy complicado, a inicios de 2016, para las autoridades de Caracas. Principalmente por tres razones : 1) la oposición neoliberal había ganado las elecciones legislativas de diciembre 2015 y controlaba la Asamblea Nacional ; 2) los precios del petroleo, principal recurso de Venezuela, habían caído a su nivel más bajo en los últimos decenios ; 3) el presidente estadounidense Barack Obama había firmado una orden ejecutiva en la que declaraba que Venezuela representaba una "inusual y extraordinaria amenaza para la seguridad nacional y la política exterior de Estados Unidos".



O sea, en tres campos decisivos – el político, el económico y el geopolítico –, la revolución bolivariana parecía estar a la defensiva. Mientras que la contrarrevolución, tanto interna como externa, pensaba tener, por fin, el poder en Venezuela al alcance de la mano.

Y todo esto en un contexto de guerra mediática de larga duración contra Caracas que comenzó con la llegada al poder de Hugo Chávez en 1999 y se intensificó a partir de abril de 2013. Alcanzando unos niveles inauditos de violencia después de la elección del presidente Nicolás Maduro.

Esta atmosfera de agresivo y permanente acoso mediático produce una insidiosa desinformación sobre Venezuela que confunde hasta a muchos amigos de la revolución bolivariana. En particular porque, en esta era de la 'post-verdad', la práctica de la mentira, del fraude intelectual y del engaño descarado no es sancionado por ninguna consecuencia negativa, ni en términos de credibilidad, ni de imagen. Todo vale, todo sirve en esta 'era del relativismo post-factual', y ni siquiera los hechos o los datos más objetivos son tomados en consideración. Tampoco se acepta el argumento – tan obvio en el caso de Venezuela – del complot, de la conjura, de la conspiración. De antemano, el nuevo discurso mediático dominante denuncia y ridiculiza el "pretendido complotismo" como un inaceptable argumento de una "vieja narrativa" que no es de recibo...

Todo pues, a principios de 2016, aparecía muy cuesta arriba para el presidente de Venezuela. Hasta el punto de que el achacoso opositor neoliberal Henry Ramos Allup, pasablemente embriagado por su mayoría parlamentaria, se permitió asegurar, en enero de 2016, en su primer discurso como presidente de la Asamblea Nacional, que "en un lapso no mayor a seis meses" sacaría del poder a Nicolás Maduro. Inspirándose sin duda en el golpe de estado institucional contra la presidenta Dilma Rousseff en Brasil, y apostando por una victoria en un eventual referendo revocatorio.

Así estaban las cosas cuando el presidente Maduro, en una magistral secuencia de jugadas de ajedrez que nadie vio venir – perfectamente legales según la Constitución-, sorprendió a todo el mundo. Renovó, como era su derecho, a los miembros del Tri-

bunal Supremo de Justicia (TSJ), órgano superior del poder judicial, cuya Sala Constitucional tiene la última palabra en materia de interpretación de la Constitución.

Saturada de soberbia, la oposición cometió entonces dos errores mayúsculos:

- 1) Decidió ignorar las advertencias del TSJ y sesionar con tres diputados del estado Amazonas cuya elección, en diciembre de 2015, estaba bajo suspensión cautelar por irregularidades. Ante esa afrenta, el TSJ dictaminó obviamente que la incorporación de los tres diputados « *no electos regularmente* » retiraba toda validez a las decisiones de la Asamblea Nacional. De hecho, el TSJ declaró en *desacato* (desobediencia) a la Asamblea y determinó que « *se considerarán nulas todas sus decisiones* ». De tal modo que, por sus propios errores, la Asamblea no solo no consiguió legislar, ni controlar al gobierno, sino que, como lo reconocen prestigiosos especialistas en derecho constitucional, se anuló a sí misma, dilapidó su poder y se autodisolvió. Esta fue la primera gran victoria de Nicolás Maduro en 2016.
- 2) En su obsesivo afán de derrocar al presidente, la oposición antichavista también decidió ignorar los requisitos legales (art. 72 de la Constitución), en términos de etapas imprescindibles y de pasos exigidos por los reglamentos jurídicos, para lanzar un referendo revocatorio en 2016. Ahí los opositores fracasaron igualmente de manera estrepitosa. ►



Y ello constituyó otra gran victoria de Nicolás Maduro.

Aún así, llegó un momento, hacia marzo-abril de 2016, en que todo se complicó enormemente. Porque, a las embestidas habituales de las fuerzas hostiles a la revolución bolivariana, vinieron a sumarse una impresionante sequía, la segunda más grande desde 1950, y calores extremos causados por el fenómeno El Niño. En Venezuela, el 70% de la energía se genera por hidroelectricidad y la principal central hidroeléctrica depende del embalse Guri. Al reducirse las lluvias, los niveles de este embalse disminuyeron casi al nivel mínimo.

La contrarrevolución trató de aprovechar esta circunstancia para multiplicar los sabotajes eléctricos, buscando a crear caos energético, enojo social y protestas. El peligro era mayúsculo porque al problema eléctrico se sumaba, por efectos de la persistente sequía, la falta de agua potable...

Pero el Presidente Maduro actuó de nuevo con celeridad y adoptó medidas drásticas: decidió la sustitución de millones de bombillos incandescentes por ahorradores; ordenó el reemplazo de los viejos acondicionadores de aire por otros de nueva tecnología ahorradora; estableció el medio día laboral en la administración pública; y decretó un plan especial de ahorro nacional del consumo eléctrico y de agua.

Gracias a estas audaces medidas, el Presidente consiguió evitar el colapso energético. Y obtuvo así una de sus más populares victorias del año 2016.

Otro de los problemas importantes (quizás el más grave) que tuvo que enfrentar el Gobierno – consecuencia en parte de la guerra económica contra la revolución bolivariana – es del abastecimiento alimentario. Hay que recordar que antes de 1999, el 65% de los venezolanos vivían en situación de pobreza y que sólo el 35% podía disfrutar de una alta calidad de vida. O sea, de cada diez venezolanos sólo tres consumían regularmente carne, pollo, café, maíz, leche, azúcar... Mientras que, en los últimos diecisiete años, el consumo alimentario (gracias a la inversión social masiva de la revolución) se disparó en un 80%.

En sí, este cambio estructural, explica por qué, de pronto, la producción nacional de alimentos, mucho más importante de

lo que se cree, resultó insuficiente.

Como la demanda aumentó masivamente, también se disparó la especulación. Y ante una oferta estructuralmente limitada, los precios se elevaron vertiginosamente. Y se expandió el fenómeno del mercado negro o “bachaqueo”. Muchas personas compraban los productos subvencionados por el Gobierno a precios inferiores al del mercado para venderlos a precios superiores al mercado. O los “exportaban” masivamente a los países vecinos (Colombia, Brasil) donde los revendían por el doble o el triple de su precio subvencionado. De tal modo que Venezuela se ‘desangraba’ de sus dólares – cada vez más escasos por el derrumbe de los precios del petróleo – para alimentar a unos ‘vampiros’ que le arrebataban los productos de primera necesidad a los más humildes, a la vez que se enriquecían de manera excepcional. Semejante inmoralidad no podía continuar.





Una vez más, el Presidente Maduro decidió actuar con mano firme. Primero – muy importante – cambió la filosofía de la ayuda social. Y corrigió un error mayúsculo que se llevaba cometiendo en Venezuela desde hacía lustros. Decidió que el Estado, en vez de subvencionar los productos, debía subvencionar a las personas. Para que sólo los pobres, los que realmente lo necesitan, tuvieran acceso a los productos subvencionados por el Gobierno. Para todos los demás, el producto se vende a su precio justo establecido por el mercado. Lo cual evita la especulación y el bachaqueo.

Y segunda medida decisiva, el Presidente anunció que, a partir de ahora, el Gobierno pondría todo su empeño en cambiar el carácter económico del país para pasar de un 'modelo rentista' a un 'modelo productivo'. A este respecto, el Presidente definió "quince motores" para reanimar la actividad económica tanto del sector privado, como del sector público y de la economía comunal.

Esas dos decisiones esenciales convergen en una original creación imaginada por el Presidente Maduro: los CLAP (Comités Locales de Abastecimiento y Producción) que constituyen una nueva forma de organización popular. Hogar por hogar, los representantes de las comunidades organizadas entregan, a precio regulado, bolsas repletas de alimentos. Muchos de estos alimentos son de nueva producción nacional. Los CLAP deberían abastecer, en los próximos meses de 2017, a unas cuatro millones de familias humildes. Garantizando la alimentación del pueblo. Y rubricando así una nueva gran victoria del Presidente Maduro.

Otra victoria no menor este año 2016 tan difícil, la cons-

tituye el record obtenido en materia de inversión social que alcanzó el 71,4% del presupuesto del país. Es un record mundial. Ningún otro Estado en el planeta dedica casi las tres cuartas partes de su presupuesto a la inversión social.

En materia de salud, por ejemplo, el número de establecimientos hospitalarios se multiplicó por 3,5 desde 1999. Y la inversión en un nuevo modelo humano de salud pública se multiplicó por diez.

La Misión Barrio Adentro, cuyo objetivo es atender a los enfermos en las áreas urbanas más humildes del país, ha realizado casi 800 millones de consultas y salvado la vida de 1.400.000 personas. Las universidades de medicina han formado a 27.000 nuevos médicos. Y otros treinta mil deben obtener su diploma en 2017. Ocho Estados han alcanzado una cobertura de Barrio Adentro 100% en 2016, cuando la meta era de seis.

Otra victoria social fundamental, no mencionada por los grandes medios dominantes, es la alcanzada en materia de adultos mayores que reciben una pensión de jubilación. Antes de la revolución apenas el 19% de los jubilados recibían una pensión, el resto subsistía a menudo en la miseria o a cargo de sus familiares. ►



Este año 2016, el porcentaje de personas jubiladas que reciben una pensión (aunque no hayan podido cotizar a la seguridad social durante su vida activa) alcanzó el 90%. Un record en Suramérica.

Otra victoria espectacular – y que tampoco mencionan los grandes medios dominantes – es la conseguida por la Misión Vivienda encargada de construir viviendas sociales, a precio regulado, para las familias venezolanas humildes.

En 2016, esta Misión entregó nada menos que 359.000 viviendas (a título de comparación, un país desarrollado como Francia apenas construyó, en 2015, 109.000 viviendas sociales). A eso hay que añadir las 335.000 viviendas rehabilitadas en el marco

de la bonita Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor. Una Misión particularmente elogiada por el genio de la arquitectura Frank Gehry, autor del Museo Guggenheim de Bilbao y del Museo Louis Vuitton en París, que ha declarado desear involucrarse en ella. De tal modo que estamos hablando de casi 700 000 viviendas sociales entregadas en 2016. Una cifra sin equivalente en el mundo.

Desde que inició su mandato, en 2013, el Presidente Maduro ya ha entregado cerca de un millón y medio de viviendas a familias modestas. Record mundial pasado bajo silencio por todos los medios hostiles a la revolución bolivariana. Y que hasta muchos amigos omiten a veces de mencionar.



Recordemos, para terminar, algunas de las brillantes victorias conseguidas en el ámbito geopolítico. Por ejemplo, haber impedido que la Organización de Estados Americanos (OEA), dominada por Washington, condenase a Caracas como lo pretendía el secretario General de esta organización, Luis Almagro, quien invocaba la Carta Democrática contra Venezuela.

O el éxito de la XVII Cumbre del Movimiento de los Países No Alineados (MNOAL) realizada en septiembre de 2016 en el Centro de Convenciones Hugo Chávez de la isla Margarita con la presencia de numerosos jefes de Estado y de Gobierno y de representantes de ciento veinte países que aportaron su solidaridad a Venezuela.

Enfin, en esta campo, la principal victoria del Presidente Maduro, que efectuó varias giras internacionales con ese objetivo, fue el logro inaudito de un acuerdo entre países OPEP y no-OPEP para la reducción concertada de las exportaciones de petróleo.

Este acuerdo histórico, firmado en noviembre de 2016, frenó de inmediato el deterioro de los precios de los hidrocarburos que se desplomaban desde mediados de 2014 cuando sobrepasaban los cien dólares por barril.

Gracias a esta victoria capital, los precios del petróleo – que estaban en 24 dólares en enero – sobrepasaban los 45 dólares a final de diciembre 2016.

Así pues, en el año más duro y más largo, en el que tantos apostaron por su tropiezo, el Presidente Nicolás Maduro, sorteando todos los escollos, todas las trampas y todas las dificultades, ha demostrado su talla excepcional de hombre de Estado. Y de líder indestructible de la revolución bolivariana. ■



Ciudadanía suramericana. La apuesta por una ciudadanía común en América del Sur. Entrevista con Jacques Ramírez*

Por: María del Carmen Villarreal Villamar.
Doctora en Ciencias Políticas
y postdoctoranda en Sociología Política (UENF).

MCVV : En un contexto en el que la movilidad humana intrarregional cobra cada vez más relevancia me gustaría que explicaras ¿qué es el proyecto de ciudadanía suramericana y cuál es la importancia para la región en un momento en el que se afirman con más frecuencia perspectivas de carácter securitista en materia migratoria, no sólo en América Latina sino también en otras regiones?

Jacques Ramírez: La ciudadanía suramericana es un proyecto que se impulsa desde UNASUR, ahora con fuerza desde la Secretaría General donde he podido colaborar. La importancia del proyecto y su magnitud es enorme, sobre todo en un contexto en el que hay un retorno de las miradas de seguridad y control y donde la construcción de muros se ha vuelto ya parte de la agenda política internacional. En este contexto, tener una propuesta que piense en la libre movilidad y en la facilidad de residencia a nivel regional es algo muy potente dada la coyuntura mundial. Y en este contexto mundial, en UNASUR, a partir del 2012 se empieza a sondear la idea de tener un acuerdo que nos lleve a la ciudadanía suramericana y a la integración regional. ¿Cuál es la base de todo esto? Entender, primero, la diferencia de UNASUR con otros procesos de integración regional, ya sea la CAN, MERCOSUR o la Alianza del Pacífico. Todos estos enfoques tienen su énfasis en el carácter comercial, obviamente que en estos espacios también se han discutido cuestiones sociales, ahí tienes, por ejemplo, el MERCOSUR social, o en la CAN también hay espacios para debatir estos tópicos, etc., pero el centro, lo nodal siempre ha sido la integración para facilitar el comercio regional. Por el contrario, UNASUR surge como un proceso de integración política y social y esa es una diferencia enorme respecto a los otros organismos de integración. Recientemente hicimos un diagnóstico para saber cómo vamos en el tema de la integración comercial y en el tema de la integración social de nuestros pueblos a partir de las migraciones y resulta que el comercio intrarregional no pasa del 22% y la movilidad intrarregional alcanza el promedio del 64%. Entonces, como vemos, la integración está siendo y tiene que ser de nuestros pueblos y los Estados tienen que dar las facilidades para que esta integración se dé y que la retórica que existe sobre la Patria Grande se transforme en una propuesta concreta que permita la integración a través de la migración. Lo que se trata es de pensar políticamente Suramérica como una región donde existe una integración, no solo comercial, sino a través de una integración social y política. Un elemento para aterrizar esta integración es el proyecto de ciudadanía suramericana.

MCVV: ¿Cuál es la diferencia fundamental entre el Acuerdo de Ciudadanía Suramericana propuesto por la UNASUR y los avances que se han dado sobre movilidad humana en el MERCOSUR o en la CAN?

Jacques Ramírez: La propuesta de la UNASUR teóricamente es diferente de las otras. Cambia la perspectiva y el enfoque y eso es fundamental porque son centrales los conceptos que usamos, los principios en los cuales nos basamos y cómo nombramos a los procesos. Y en eso sí hemos sido muy cuidadosos desde la UNASUR, en cuidar la propuesta teórica y epistemológica. En el MERCOSUR y la CAN, por hablar de los dos procesos más importantes a nivel subregional, está el Acuerdo de Residencia o el Instrumento Andino de Migración Laboral, pero en ambos procesos empiezan a trabajar este fenómeno desde la categoría del trabajador migrante. Entonces, eso es algo que tenemos que romper y que viene heredado de la Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de los Trabajadores Migratorios y sus Familiares de los noventa. En esa Convención, si bien hay todo un énfasis en derechos y lo que ya conocemos, es el factor trabajo el que abre la posibilidad de libre movilidad y de residencia, entonces, nuevamente esa es la diferencia entre un acuerdo de integración comercial y un acuerdo sobre integración social y política, porque desde el MERCOSUR y la CAN se ve al trabajador migrante como un elemento más, como mano de obra y como una pieza útil para un objetivo final que son los tratados y la integración comercial. Tenemos que desmercantilizar la visión que se tiene sobre los migrantes. Hay que dejar de hablar de migrantes "deseables y no deseables", donde los primeros son aquellos útiles al sistema y que entran en categoría de trabajadores migrantes (calificados o no) a quienes se les abre las puertas y las facilidades de residencia en otro país. Creo que se ha naturalizado este enfoque desde la visión estatal e intergubernamental.

Esa es una gran crítica que hay que empezar a debatir desde los espacios académicos y políticos y dejar de ver a los migrantes solamente como trabajadores. ¿Qué pasa entonces con las personas que no caen en la categoría de trabajadores? ¿Qué pasa con el tema de reunificación familiar? o con aquellos que entraron "de forma irregular" y que están fuera del circuito formal del trabajo? ►





La ruptura que hemos planteado desde la UNASUR es que no hay que abordar el tema desde la categoría de trabajador migrante, sino de ciudadano suramericano. Es fundamental recuperar el concepto de ciudadanía porque esta categoría es la que transforma a una persona en sujeto de derechos. Y aquí hay todo un debate, porque la propuesta que hacemos es superar la visión clásica tanto del concepto de ciudadanía como de los derechos humanos. Superar la visión marschalliana de la ciudadanía y la visión liberal anglosajona de los derechos humanos.

En efecto, lo que te da certezas jurídicas, derechos y obligaciones es la categoría de ciudadanía, no la de persona, no la de derechos humanos lastimosamente. Por eso es necesario que nos reapropiemos del concepto de ciudadanía y ampliar su definición para otorgar derechos a los que no tienen derechos, a los otros, a los migrantes, en este caso a los migrantes suramericanos, con lo cual se fomenta los procesos de integración regional. La ciudadanía suramericana, en este sentido, implica romper el paraguas del Estado nación como contenedor de los sujetos a quienes se les otorga derechos. Se trata de ir más allá, como señalo en mi libro, [1] de los principios de *ius sanguinis* y *ius soli* para recuperar el principio de *ius domicili*, es decir, otorgar derechos en el lugar en el que yo resido y eso implica reconocer la categoría de ciudadanos miembros de una polis suramericana a las personas de la región. Entonces, ese es el principio teórico y filosófico que está detrás de la propuesta de ciudadanía suramericana y eso nos separa de las visiones tanto de la CAN como de MERCOSUR.

MCVV: De hecho, en el proyecto de ciudadanía suramericana formulado en el marco de la UNASUR, el principio de ciudadanía se antepone al de naturalización. ¿Podrías profundizar un poco más en la diferencia entre ambas visiones?

Jacques Ramírez: Históricamente hemos tenido en los Estados nación una división entre un “nosotros”, definidos como miembros de la polis y reconocidos por el Estado y los “otros”, y esos otros han sido parias a lo largo de la historia. En un principio, en varios países no se les reconocía como ciudadanos a las mujeres, a los negros, a los indígenas, a los niños, pero poco a poco, mediante conquistas sociales, estos colectivos han sido reconocidos como ciudadanos a lo largo del siglo XX, menos los migrantes que han seguido siendo los otros, los extraños, los que no pertenecen. Entonces esta división entre “nosotros” y los “otros” es la que se busca superar a través de un concepto que nos permita incorporarles a estos “otros”

como parte de un “nosotros” y evidentemente hay que empezar desde nuestro patio que es la región suramericana.

La naturalización o adopción como se conoce, implica que el Estado le reconoce a ese extranjero ya no como otro inmigrante, sino como un “nosotros” connacional. Y está bien que exista este mecanismo. Pero lastimosamente los datos de naturalización en la región son muy bajos por los complejos requisitos que se pide y en muchos casos requisitos absurdos o hipernacionalistas como conocer las constituciones, las leyes, el himno, respetar la cultura y los valores, etc.). Muchas personas adquieren la naturalización como una estrategia migratoria, otras personas nunca la piden porque no quieren perder los lazos de identificación con su país de origen (pese a que ya en casi toda la región existe la doble nacionalidad). También se puede, esa es nuestra propuesta, reconocer una igualdad de derechos para todos sin tener que llegar a la naturalización, lo cual implica caminar por otro andarivel que es la ciudadanía. Yo hablo de una ciudadanía mixta, entendida esta como una membresía a diferentes niveles políticos tanto local, nacional y regional.

Hay que entender que esto no es algo que se crea de la noche a la mañana, por el contrario, la ciudadanía suramericana es un proceso en construcción, un proceso de largo alcance que se va caminando y alcanzando peldaño a peldaño.

MCVV: A partir de la idea de que la ciudadanía suramericana es un proceso en construcción, me gustaría que comentaras ¿cuáles son los principales avances y desafíos del proyecto en una coyuntura como la actual en la que, por un lado, tenemos una gran crisis económica y, por otro, cambios de gobierno con una orientación política diversa y con menor fervor respecto a los procesos de integración regional? ¿En qué medida estos cambios afectan el proyecto de ciudadanía suramericana y en qué grado influyen su viabilidad?

Jacques Ramírez: En años recientes, como bien sabes, hay un consenso entre los países en llevar el proyecto UNASUR adelante y en particular el de ciudadanía. Haciendo un poco de historia, al inicio se le encarga a Argentina que lidere el proceso, que elabore una nota conceptual para que los presidentes de la región lo analicen y lo aprueben. Esto se hizo a lo largo de 2012-2013 y el Informe Conceptual de Ciudadanía Suramericana es aprobado en diciembre 2014 en Guayaquil. Entonces se aprueba este informe en el

cual el concepto de ciudadanía suramericana tiene dos grandes ejes. Por un parte, la visión jurídica y política que es el reconocimiento progresivo de derechos y obligaciones a los miembros de la región, y por otro, una visión de ciudadanía de carácter cultural que implica el reconocimiento de las diversidades, de las identidades, de las cosmovisiones diferentes que es parte de nuestro ser como Patria Grande y del cual hay mucha historia compartida. Paralelamente se crea el Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana. Este grupo es el encargado de recibir, debatir y elaborar las propuestas presentadas por los países y desde el 2015 también propuestas elaboradas por la Secretaría General de la UNASUR. En estos dos últimos años hemos visto propuestas que han venido sobre todo de Ecuador, de Uruguay, de Argentina, algo de Venezuela para seguir alimentado a la ciudadanía suramericana y finalmente la propuesta de proyecto de la Secretaría General de la UNASUR.

En relación a los avances y a los desafíos que mencionabas en tu pregunta, hay que reconocer que en nuestra región ya existe la libre movilidad, eso ya es una realidad, más allá de la UNASUR. Mañana podemos viajar, por ejemplo, en calidad de turistas por 3 meses desde Uruguay hasta Venezuela sin problemas y podemos entrar solo con nuestra cédula de identidad, con nuestro DNI, que es reconocido como un documento de viaje. Ese, para mí, es un primer peldaño importante aunque mucha gente no lo vea así, pero el hecho es que el no necesitar ni pasaportes ni visas para desplazarte en un mundo en el que cada vez más se exigen esos documentos es bastante y hace que yo me sienta parte de la región. Más aún si en puertos, aeropuertos o pasos fronterizos se pone ventanillas para las personas de la región. Todos estos temas van ayudando a construir un sentido de identidad suramericana.

Lo que se está trabajando ahora, ese es el gran reto, es el tema de la libre residencia o por lo menos de las facilidades de residencia para las personas que entran en este concepto de ciudadanos suramericanos. Entonces la idea es construir acuerdos y mecanismos regionales que vayan más allá del Acuerdo de Residencia MERCOSUR para facilitar la residencia de las personas que por cualquier motivo, no solo por razones de trabajo, quieran vivir en uno de los 12 países que constituyen la UNASUR. Para mí el corazón de la propuesta es el concepto de ciudadanía suramericana como tal, y ya las extremidades inferiores que nos hacen andar son sobre todo las facilidades que dé cada uno de los países para residir y que la residencia otorgue derechos. Eso es lo que se

está trabajando en este momento. La propuesta está hecha y, claro, en este contexto lastimosamente estamos viendo el fin o el declive de los gobiernos progresistas que fueron los que impulsaron el proceso de integración sociopolítica. Vemos el caso de Brasil donde hubo un cambio de timón - a la fuerza -, en Argentina, en Venezuela donde el conflicto latente no permite más gobernar. Nos queda Bolivia y Ecuador, pero finalmente con cada vez menos peso a nivel regional con sus propias coyunturas y problemas internos. Lo bueno es que ya el proyecto de ciudadanía suramericana está institucionalizado y forma parte de la agenda de UNASUR, entonces ningún gobierno, por más de derecha que sea, puede detener completamente la agenda y el camino recorrido. Lo que sí puede pasar y, de hecho ya lo estamos viendo en este último trimestre, es meter ciertos temas en la congeladora o ralentizarlos, pero insisto en que esto no se puede detener porque está ya en la agenda.

MCVV: Hace un momento hablábamos de movilidad laboral que, sin duda alguna, es una expresión de movilidad humana muy relevante en la región, pero existen otros fenómenos también como la migración por estudios, la migración familiar, el refugio y el tráfico de personas, etc. ¿En qué medida la propuesta de ciudadanía suramericana responde a los desafíos de estos fenómenos y en qué grado responde también a la xenofobia y a la discriminación contra los migrantes que son elementos crecientes en la región?

Jacques Ramírez: El Plan de Acción de la Ciudadanía Suramericana que se aprobó en una reunión de cancilleres en abril de 2016 en Ecuador tiene cinco ejes centrales. El primero tiene que ver con todo el tema de migración y asuntos consulares que comprende facilidades para moverse, visas, pasaportes, etc. El segundo eje es el tema de migración académica que parte del hecho de que es necesario fortalecer los procesos de integración a este nivel de estudiantes, profesores e investigadores. Resulta que hay muy poca movilidad académica intrarregional. La idea es llegar a reproducir una propuesta como el ERASMUS [2] que existe en Europa a nivel de América del Sur. El tercer tema, que es el que menos les gusta hablar a los gobiernos, es el tema de migración forzosa, el tema del refugio concretamente. Aquí el Secretario Ernesto Samper ha cumplido un papel central para colocarlo en la agenda, dada la realidad de Colombia que todos conocemos. En relación a este tema, el proyecto de ciudadanía suramericana implica la portabilidad de derechos, sobre todo la portabilidad del reconocimiento del refugio. Es decir, si Ecuador, por ejemplo, reconoce a alguien como refugiado, ►



la idea es que esa persona si decide irse a vivir a un tercer país sea reconocida automáticamente también en su condición de refugiada. Y todo esto lógicamente vinculado con el tema de acceso a derechos, educación, salud, vivienda, etc. El cuarto eje es la migración laboral y la seguridad social, porque evidentemente la gente se sigue moviendo, sobre todo por trabajo. Entonces la idea es que estas personas tengan acceso al trabajo y acceso a la seguridad social y en este tema también se intenta asegurar la portabilidad de derechos, lo que yo aporté en Ecuador, sea también reconocido en Chile, en Bolivia, en Brasil o en cualquier otro país de la región. De este tema hay un acuerdo a nivel iberoamericano. El quinto eje es el tema cultural, porque el proyecto de ciudadanía suramericana reconoce la diversidad de culturas, lenguas, idiomas y cosmovisiones regionales. En otras palabras, está vinculado al tema de la identidad que hablamos anteriormente. Necesitamos construir un sentido de pertenencia. Ya sabemos que las identidades son una construcción en perpetuo rediseño. No solo hay que difundir esta propuesta de ciudadanía suramericana, sino apropiarse de una identidad suramericana. Yo creo que el reto es justamente ese, sentirse brasileño, ecuatoriano, del lugar que se prefiera, pero también suramericano, del barrio donde vivo o del equipo de fútbol de mis amores. Como todo proceso, esto es algo en construcción y entonces tenemos que construir ese sentimiento de pertenencia a la patria mayor.

Un ejemplo de las iniciativas que se realizan en este ámbito es el Café UNASUR. [3] Con el Café UNASUR el Secretario Ernesto Samper ha ido por varios países de la región y divulgado los objetivos del organismo y, dentro de estos, entra también el tema de ciudadanía suramericana que fue una de las banderas de toda su gestión que lastimosamente ya finaliza. Finalmente, el último eje es el de participación ciudadana y política, porque no podemos entender el concepto de ciudadanía sin el tema de participación política, de la organización y del derecho al voto. Resulta que en 11 de los 12 países de la UNASUR ya se reconocen derechos políticos a nivel local a todos los extranjeros de la región, entonces ya hay un avance importante, pero hay que llegar también al ámbito nacional. También se está conformando la Asamblea Suramericana, que tiene su sede en Bolivia. Todos estos cinco ejes son parte del plan de ciudadanía suramericana y, dependiendo de la temática, se tratan en diferentes grupos o consejos.

MCVV: América del Sur tiene 413 millones de habitantes y es indispensable que la sociedad civil, la academia y todos los

actores conozcan este proyecto y se apropien de él. ¿Cómo las personas pueden saber más sobre ciudadanía suramericana, acompañar su evolución y participar en su implementación?

Jacques Ramírez: Yo creo que una de las estrategias fundamentales que hemos utilizado acá en Ecuador, por ejemplo, es empezar a presionar y a establecer diálogos con los propios gobiernos porque finalmente los organismos multilaterales como la CAN, el MERCOSUR o la UNASUR siguen siendo espacios muy lejanos para la población, a excepción de aquellos lugares donde tienes las sedes, donde hay un mayor conocimiento y acercamiento a los procesos, pero en el resto no. Entonces para mí la estrategia es construir de abajo hacia arriba, pero eso implica un empoderamiento de la ciudadanía. Los ciudadanos tienen que saber que existe este proyecto de integración llamado ciudadanía suramericana y deben preguntar a sus mandantes, a sus Cancillerías, cómo va este proyecto y cómo se puede desde lo local y desde lo nacional impulsar esta iniciativa. Esto me parece que es factible si es que hay interés y presión de la sociedad civil. Por ejemplo, en el caso ecuatoriano no es fortuito, no es que cayó del cielo que en la Ley de Movilidad Humana [4] haya un capítulo entero sobre la comunidad suramericana en Ecuador y que se hable en 8/9 artículos sobre ciudadanía y sobre ciudadanos suramericanos. Finalmente se metió el concepto en la ley, eso es muy potente y un gran avance, que va a permitir en las próximas reuniones contar con el proceso y la experiencia de Ecuador para empujar este proyecto.

En lo que se refiere a la agenda a más largo plazo, lo central es la construcción de la identidad suramericana ¿cómo la impulsamos, cómo empezamos a construir esta identidad? Muchos han señalado, por ejemplo, que un comienzo sería en la educación, que en la asignatura de historia se hablara o se incorporara el tema de América del Sur, de su historia, de su diversidad y de la ciudadanía suramericana. Eso sería el sueño porque ya lo institucionalizas en la agenda educativa, en los textos escolares. Un tercer elemento es a través de los viajes y encuentros fronterizos para los que viven en fronteras. A mí me asombra que muchas personas de nuestra región prefieran irse a Miami o Europa, conocen bien los grandes *shopping center*, pero nunca han ido a la Amazonía, al Cuzco, a Buenos Aires o a Bogotá. Hay que fortalecer el turismo regional. Y el cuarto elemento de esta gran cruzada es que los políticos empiecen a hablar de este tema y, en este proceso, el secretario Samper ha cumplido un papel extraordinario porque a

donde va se pone a hablar con los políticos de ciudadanía suramericana, porque este es un tema político, si hay voluntad política va a salir adelante de manera más rápida. Por eso nosotros como sociedad, como academia, tenemos que participar porque ya están las cartas en la mesa, están los elementos para seguir empujando este tema, pese a que vivimos un proceso de retroceso en algunos países de la regional donde la política y la economía no andan muy bien. Y cuando la economía no está bien, suelen florecer sentimientos xenófobos, si a eso se suman políticas antiinmigrantes la cosa se complica mucho. Ahí tenemos, por ejemplo, las declaraciones en Argentina donde se está hablando de cobrarles a los extranjeros en las universidades, de poner más controles en las fronteras con Bolivia, de construir una cárcel para migrantes...

No se trata solo de tener una ley o un acuerdo de ciudadanía suramericana, sino de producir un cambio de mentalidad, pasar de la xenofobia a la filoxenia. Sabemos que esos cambios toman tiempo, pero hay que hacerlos, hoy más que nunca.

MCCV: ¿Hay algo más que quieras señalar antes de terminar o un mensaje final que desees dejar para nuestros lectores?

Jacques Ramírez: Bueno, yo creo que a veces subestimamos la importancia de este tipo de luchas y no somos conscientes de lo valioso que pueden ser este tipo de batallas para los que creemos en la libre movilidad y en los derechos para las personas migrantes. Yo siento que una academia si es que no está comprometida no tiene sentido, siento que una academia que no trata de hacer incidencia política y solo sirve para escribir en *journals* bien evaluados, felicito a aquellos colegas que lo hacen, pero eso no es lo fundamental para quienes creemos en el cambio social, en la lucha y en la justicia a favor de los más necesitados. De ahí la importancia de abordar este tema en las aulas con nuestros estudiantes, en los libros, en los artículos, en las conversaciones de café. Hay que ser lo suficientemente imaginativos para multiplicar los espacios de discusión y difusión de estos temas. Yo pienso, por ejemplo, en el tema de la quinceañera mexicana que se viralizó recientemente [5], bueno yo creo que si esas cosas se viralizan, se difunden entre tanta gente, nosotros tenemos que ser lo suficientemente creativos e imaginativos para viralizar también el tema de la ciudadanía suramericana, porque como les decía en la última clase a mis estudiantes, puede parecer una utopía, pero esa utopía es la que nos sirve para seguir luchando. ■



Referencias

* Jacques Ramírez es Doctor en Antropología Social por la Universidad Iberoamericana (México), Investigador en la facultad de Filosofía de la Universidad de Cuenca y ex docente en FLACSO, Universidad Andina, Yachay Tech e Instituto de Altos Estudios Nacionales (Ecuador). Ex subsecretario de migración y ex asesor para asuntos migratorios en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana (Ecuador) y UNASUR.

[1] Ramírez, Jacques. *Hacia el Sur. La construcción de la ciudadanía suramericana y la movilidad intrarregional*, Quito: CELAG, 2016. El libro puede ser consultado y descargado gratuitamente en el siguiente enlace: <http://www.celag.org/project/hacia-el-sur/>

[2] El *European Community Action Scheme for the Mobility of University Students* (ERASMUS) es un programa de cooperación y movilidad académica para estudiantes, profesores e investigadores dentro de los países que conforman la Unión Europea y otros territorios en los casos de las versiones ERASMUS Mundus o ERASMUS Plus

[3] Los Café UNASUR son espacios de encuentro y diálogo para difundir el trabajo del organismo y construir consciencia e identidad suramericana a partir del debate con la sociedad civil, sobre todo con los jóvenes de la región. Hasta el momento se han celebrado en Ecuador, Colombia, Perú, Bolivia y Brasil.

[4] El proyecto de Ley Orgánica de Movilidad Humana de Ecuador acaba de ser aprobado por la Asamblea Nacional y busca fortalecer el enfoque de derechos, previsto por la Constitución de 2008, en el tratamiento del fenómeno migratorio.

[5] La alusión se refiere a la publicación en noviembre de 2016 de un vídeo de invitación a los quince años de Ruby, una menor mexicana, que alcanzó amplia repercusión internacional en las redes sociales y otros medios de comunicación



Maestro Marcus Vinícius saúda o nascimento da nova Rádio Independência*¹

Por Marcus Vinícius De Andrade
Diretor Artístico da Gravadora CPC-UMES

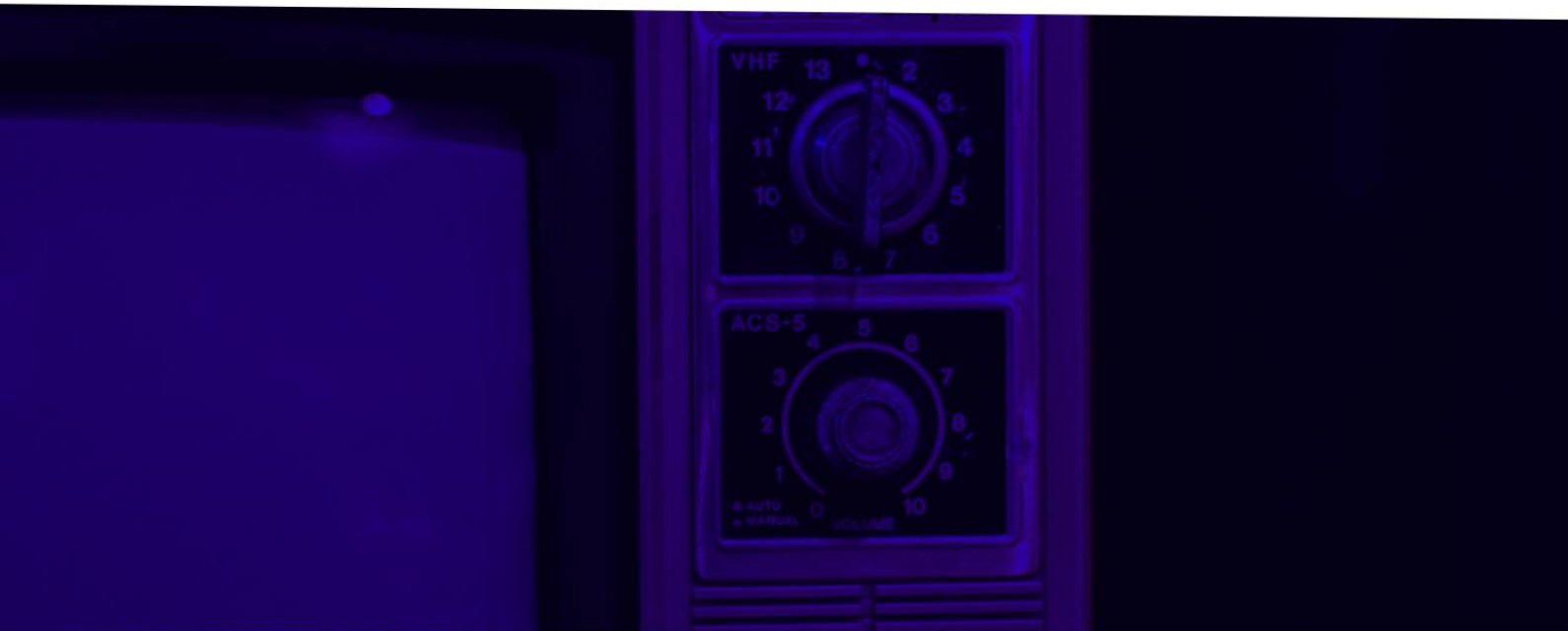
Ao longo das três últimas décadas do séc. XX, o espaço da cultura e da informação sofreu uma significativa transformação. Até os anos 1970 havia uma nítida demarcação entre os agentes que produziam bens culturais (criadores em geral, editores de publicações, produtores de discos e filmes, etc.) e os agentes que apenas difundiam tais bens para o grande público, sendo este o caso das emissoras de rádio e TV e os veículos de comunicação como um todo. Grosso modo, tínhamos de um lado o segmento da produção e, de outro, o segmento da divulgação, da mídia propriamente dita, ambos nutrindo uma relação de interdependência, já que o primeiro necessitava ter quem difundisse os bens que produzia, enquanto o último precisava ter conteúdo cultural para abastecer suas programações.

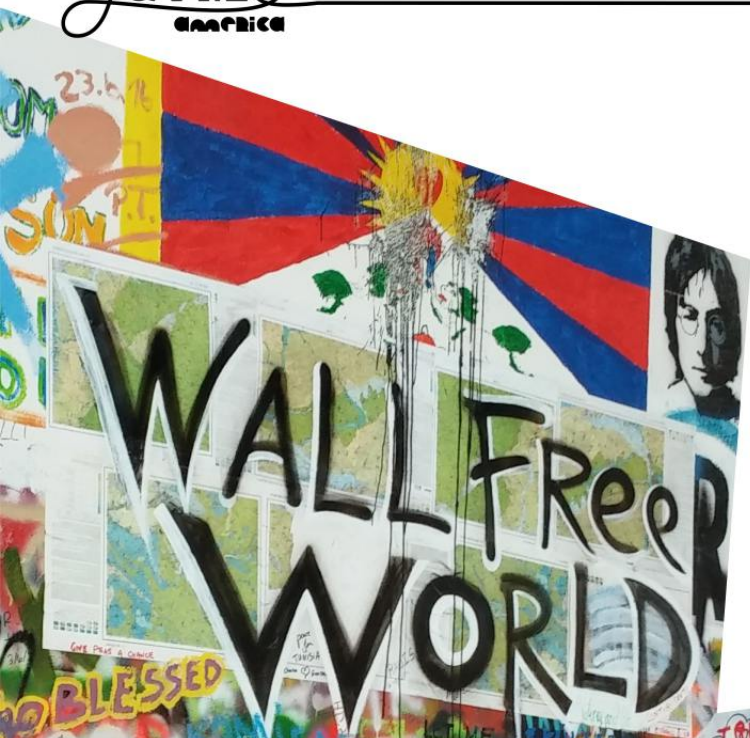
* Publicado originalmente no Jornal Hora do Povo, edição Nº 3.463 de 3-4 de agosto de 2016
[1] <http://www.independenciabrasil.com.br/>

A transformação que mencionamos ocorreu a partir dos anos 1970 (e principalmente nas décadas de 1980 e 1990), quando as linhas demarcatórias entre universo da produção/universo da mídia começaram a ser diluídas, especialmente na área da música. Foi quando as grandes corporações da mídia transformaram-se também em agentes de produção, criando suas próprias gravadoras e editoras musicais: com isso, não apenas passaram a ocupar a maior parte de suas programações com seus próprios discos, fechando as portas aos repertórios produzidos por terceiros, como também passaram a usar seu poder de fogo comunicativo para promover gratuitamente seus produtos em maciças campanhas publicitárias, tornando inviável a livre concorrência no sufocado mercado. No Brasil, o exemplo da rede Globo (com sua gravadora Som Livre) é notório, mas tem-se também que não há hoje nenhuma grande empresa de rádio ou TV que não possua sua produtora de discos e de eventos musicais, com as quais explora comercialmente negócios paralelos à sombra da concessão do serviço público de comunicação outorgada pelo Estado.

A contrapartida a essa tendência não se fez esperar e rapidamente as grandes produtoras de discos, filmes, etc., resolveram dar o troco e transformar-se também em empresas de mídia, constituindo canais de rádio e TV próprios em muitas partes do mundo, como é o caso da Warner, da Sony, da EMI, da Disney e muitas outras. Hoje, elas não apenas produzem, mas dão dimensão midiática aos títulos de seus catálogos. Ou seja: o produto já sai de fábrica junto com a propaganda garantida em todo o mundo.

Nas altas esferas negociais, não mais existem empresas de produção e mídia em separado. Agora tá tudo junto e misturado. E o fato é que, ao passarem a acumular as funções de produzir/divulgar, sendo simultaneamente empresas de produção e de mídia, o poder daquelas corporações se ampliou em muito: se até há poucos anos elas já eram monopólios em suas áreas respectivas, elas hoje constituem supermonopólios que detêm redobrado poder no ciclo de produção/consumo de bens culturais, por elas controlado mundialmente, em grande parte. ►





Diante desse quadro, o que podem fazer os produtores, divulgadores e defensores da cultura independente, da cultura que se deseja livre das injunções dos monopólios e do repetitivismo papagaio da mediocrização imposta pelos donos do dinheiro?

Em primeiro lugar, devem ter consciência de que a produção cultural diferenciada, livre e independente, só encontrará seu verdadeiro espaço junto a projetos de mídia igualmente diferenciados, livres e independentes. Sim, porque mesmo diversas rádios e emissoras ditas comunitárias e independentes muitas vezes nada mais fazem senão reproduzir os padrões do mainstream cultural, replicando o modelo midiático em vigor e, paradoxalmente, obrigando os dominados a assumirem o discurso dominante. O mesmo fenômeno ocorre na própria Internet, um espaço em que, segundo estudos recentes, predominam por larga margem as escolhas determinadas pelas grandes corporações da indústria cultural global.



Quando começamos a Gravadora CPC-UMES, há cerca de pouco mais de quinze anos, tínhamos duas convicções em mente: primeiro, a de que só conseguiríamos demarcar e ocupar nosso espaço na produção fonográfica se fizéssemos opções claras pela excelência musical, pela brasilidade acima de tudo, pela não-subserviência aos ditames da mídia mercadológica e, principalmente, pelo respeito à música que o Povo brasileiro efetivamente merece; nossa segunda convicção era a de que, com raras exceções, não encontraríamos lugar dentro da mídia convencional que, emburrecida e emburrecente, tinha à frente dos cascos a cenoura posta pelos cifrões da dominação cultural, sendo portanto necessário que buscássemos novos parceiros na área da comunicação para que nossos propósitos pudessem florescer.

No momento em que as grandes corporações da produção e da mídia se fundem e confundem seus projetos para dominar a vontade cultural de povos e nações, a chegada da Rádio Independência traz novo alento à nossa luta. Ela nasce com os mesmos ideais da nossa Gravadora: liberdade, qualidade, autonomia e coragem de mostrar-se parte de um projeto para o Brasil. Somos vinhos da mesma pipa, cachaças do mesmo alambique, estamos no mesmo barco e no meio da mesma tempestade, que saberemos enfrentar e vencer por estarmos juntos. ■





por TPSDAVE
Maracaibo
Venezuela



por TPSDAVE
Isla San Carlos
Venezuela

latinoamerica